RELATÓRIO FINAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

UNIDADE JUDICIAL	**2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI**
MODALIDADE	Presencial
EDITAL	04/2022 – CGJ
PERÍODO DA CORREIÇÃO	06 e 07 de abril de 2022

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Juiz de Direito/Período de exercício/O magistrado titular/no exercício faz parte do grupo de risco?

HELOISA HELENA DA SILVA GATO

Observação CGJ: A Exma. Sra. Dra. Heloísa Helena da Silva Gato é titular da Unidade desde 06/02/2020.

1.2. Competência:

JUÍZO SINGULAR

Observação CGJ: Competência por distribuição: conhecer e julgar os crimes de Juízo Singular e Entorpecentes. Resolução 023/2011.

1.3.Endereço/telefone/email:

RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, DISTRITO DE ICOARACI

1.4. Data da última correição ordinária anual realizada pelo Magistrado (a): *(artigos 101, I e 164, I do Código Judiciário do Estado do Pará c/c artigo 11 do Provimento n. 004/2001-CGJ e Instrução n. 004/2008-CJCI)*

2019 e em 2020 teve da CGJ **Observação CGJ:** O último magistrado que realizou correição na Vara foi o Exmo. Sr. Dr. Jackson José Sodré Ferraz, no período de 18 a 22 de fevereiro de 2019, relatório registrado no processo sigadoc PAOFI 2019/00273. A última correição da Unidade realizada pela então CJRMB ocorreu no período de 03 a 06 de março de 2020 e o relatório final se encontra registrado no processo PJECOR n. 0004728-96.2020.2.00.0814. No ano de 2020 foi deferido pedido de dispensa de realização de correição pela magistrada Heloísa Helena da Silva Gato através do PJECOR n. 0001891342021.2.00.0814, em razão do acompanhamento da Unidade, que ainda estava sendo realizado nos autos da Correição Geral do ano de 2020. Não foi realizada correição referente ao ano de 2021.

1.5. Qual a data da implantação do sistema PJE? O sistema Pje funciona a contendo? Na unidade há tramitação conjunta de processos em meio físico e processos eletrônicos?

- 18.01.2021 - PJE não funciona a contento, muita lentidão, travamento, todos os dias, o que acarreta atraso nos cumprimentos. A melhora ocorre a partir das 14:00 horas, momento em que os outros servidores já não mais estão na Vara. - Sim

2. CORPO FUNCIONAL:

2.1. SERVIDORES

2.1.1 Servidores do gabinete

SERVIDORES DO GABINETE			
	Servidores	Cargo	Função
01.	TAYNA LUANA DA SILVA RUIVO	ANALISTA	ASSESSORA
02.	LEANDRO DE OLIVEIRA MARQUES	AUXILIAR	-

2.1.2. Servidores da Secretaria

SERVIDORES DA SECRETARIA			
	Servidores	Cargo	Função
01.	JEORGIANNYS TELLEN LOBATO MOURA	ANALISTA	DIRETORA SECRETARIA
02.	RENAN THIAGO MORAES DOS SANTOS	ANALISTA	-

Observação CGJ: No Painel de Gestão de Atividades, constatou-se o registro do nome dos advogados Mario Renan Cabral Padro Sá e Rodrigo de Oliveira Correa e a ausência do nome da analista judiciário e assessora do Juízo Taynã Luana da Silva Ruivo.

2.1.2.1 A unidade judiciária encontra-se com lotação paradigma de servidores?

SIM, conforme a Resolução 219-CNJ, porém não é o ideal para a quantidade de processos na Vara, principalmente depois do PJE que é mais dinâmico.

2.1.3. Estagiários

Estagiários	Início do Estágio
DALIA RHAIRA GOMES BRITO	Outubro de 2021
LAYANE CAROLYNI DIAS VALENTE	01 de abril de 2022

Observação CGJ: As estagiárias exercem suas funções em Secretaria.

2.1.4. Cedidos – Não há servidores cedidos na Unidade

2.1.5. Há Promotores de Justiça atuando na unidade judicial? Identificar.

Sim. O Promotor Titular da 2ª Vara Criminal, Dr. LAURO FREITAS está afastado de suas atividades na Vara por estar no Centro de apoio operacional do MPPA. Na Vara responde o Promotor Mário Chermont, que é titular da 3ª Vara Criminal de Icoaraci, e responde nas duas unidades.

2.1.6. Há Defensores Públicos atuando na unidade judicial? Identificar.

Sim, Dr. Francisco Pinho, Titular
Observação CGJ: O Defensor Público é também Coordenador da Defensoria Pública.

3. INSTALAÇÕES:

3.1. GABINETE (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos).

Está satisfatório.
Observação CGJ: O Gabinete do Juízo é formada por 03 salas conjugadas, onde estão instaladas a sala de assessoria, a sala de audiência, o gabinete da magistrada e um banheiro privativo.

3.2. SECRETARIA (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Está satisfatório.
Observação CGJ: A Secretaria é formada por uma sala de tamanho regular, estando os processos muito bem organizados e identificados em armários e prateleiras.

4. ROTINA DE TRABALHO GABINETE E SECRETARIA:

4.1. Qual a metodologia de trabalho é empregada na Unidade (por setor, por tarefa, etc)?

Na Secretaria, atualmente conta com apenas 02 (dois) servidores, cumprindo as demandas urgentes (réus presos, guias), audiências, outros despachos e decisões e a migração. No Gabinete a Assessora faz a triagem dos processos, despacho e decisões simples, as decisões

complexas com a Juíza, o servidor Leandro ajuda no cadastro de despacho, acompanha nas audiência., contata com as partes, Promotoria, Defensoria, Advogados e pregão, além de gravar e partilhar a audiência para cadastro no PJE.

4.2. Como são divididas as tarefas na Unidade? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor.

Atualmente não existe uma divisão específica, pela falta de servidores, no que cada um faz, porém sempre atentamos as demandas urgentes.

4.3. Há juntada diária de petições nos processos ainda em tramitação por meio físico, bem como a juntada de documentos que chegam por outra via (malote digital/e-mail da vara)? Em caso negativo, qual a periodicidade?

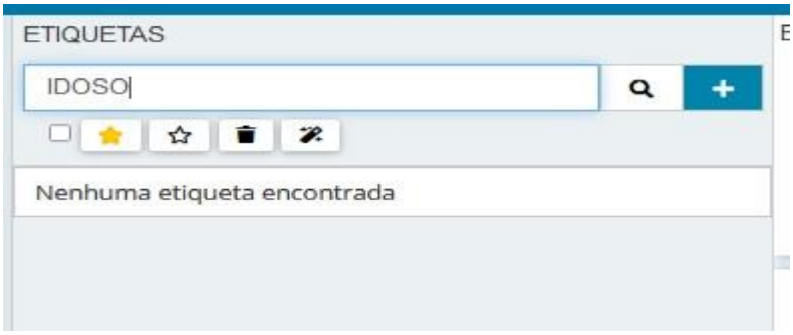
Sim, apesar que devido os processos em andamento estarem quase todos migrados as juntadas físicas são em pequena quantidade.

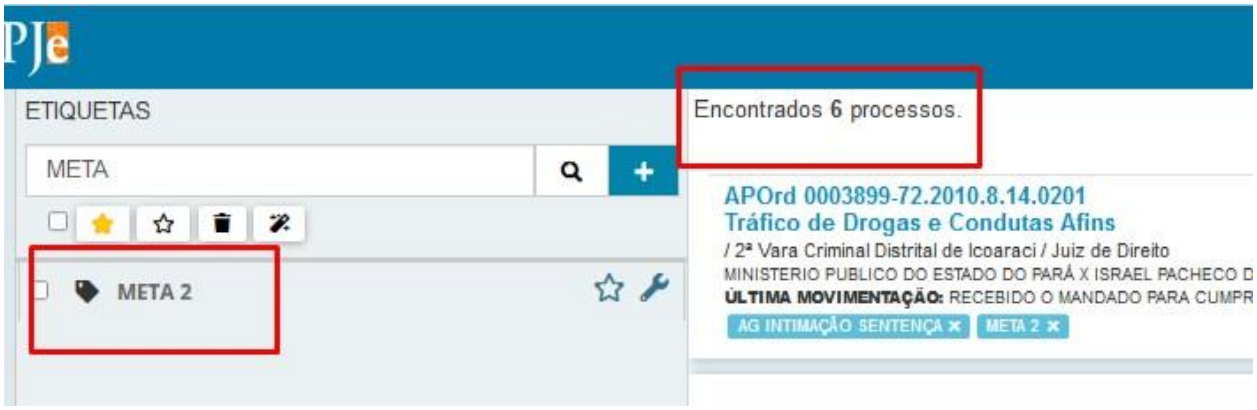
4.4. Nos processos que possuem prioridade legal (réus presos, idosos, medidas cautelares urgentes, etc) e nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ e segredo de justiça há identificação visual nas capas (processos em tramitação por meio físico)? Como estão identificadas as prioridades legais nos processos eletrônicos?

Sim, no PJE utilizamos etiquetas.

Observação CGJ: No sistema PJE verificou-se que a Unidade faz uso diversificado de etiquetas, especialmente com datas de audiências que foram designadas. Com relação aos processos envolvendo presos provisórios, identificou-se as seguintes etiquetas: **REU PRESO** (sem acento) identificando 12 processos, **PRESO POR OUTRO** identificando 25 processos, **CITAÇÃO – PRESO** com nenhum processo etiquetado, **META 2** identificando 06 processos e verificou-se, ainda, que **não há** etiqueta identificando processos envolvendo IDOSOS.

ETIQUETAS
CITAÇÃO - PRESO
CITAÇÃO - PRESO


ETIQUETAS
IDOSO
Nenhuma etiqueta encontrada


ETIQUETAS
META
META 2
Encontrados 6 processos.
APOrd 0003899-72.2010.8.14.0201
Tráfico de Drogas e Condutas Afins
/ 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci / Juiz de Direito
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X ISRAEL PACHECO D
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: RECEBIDO O MANDADO PARA CUMPR
AG INTIMAÇÃO SENTENÇA
META 2

ETIQUETAS
preso por outro
PRESO POR OUTRO
Encontrados 25 processos.
APOrd 0028417-93.2019.8.14.0401
Tráfico de Drogas e Condutas Afins
/ 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci / Juiz de Direito
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X ARMANDO NEGRAO DE LEMOS
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: PUBLICADO DESPACHO EM 05/04/2022.
AUDIENCIA - 23.09.2022 - 09:00HS
FALTA EXPEDIR MANDADOS

4.5. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício? (Provimentos n. 003/2009 e 011/2009 da CJRMB).

Sim, despacho-mandado, decisão alvará, sentença/mandado.
Observação CGJ: Foi informado que o modelo é copiado do word e colado no PJE como modelo, pois no PJE muitos dados tem que ser preenchido e a Secretaria precisa expedir mandados.

4.6. Os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

SIM

4.7. Qual o procedimento utilizado no caso de carga rápida (em livro, registro no sistema, etc)? O número de páginas é conferido no momento da entrega dos autos físicos aos advogados (carga) e quando da devolução à Secretaria?

A carga rápida, sempre foi registrada no Sistema Libra, atualmente por estarem quase todos os processos em andamento migrados não teve mais esse tido de pedido.

4.8. Há expedientes diversos e oriundos do Tribunal de Justiça recebidos e não respondidos?

NÃO
Observação CGJ: Não há pendências no gabinete e nem na secretaria. Não há pendências nas informações de Habeas Corpus.

4.9. A Secretaria Judicial utiliza atos ordinatórios para efeito de intimação? Todos são cadastrados nos sistemas?

SIM

4.10. Todas as certidões/documentos expedidos nos autos físicos são cadastradas no Sistema Libra?

SIM

4.11. Todos os processos físicos se encontram cadastrados no Sistema Libra?

SIM

4.12. Antes da migração do processo físico para o PJE são atualizados os dados cadastrais de partes e advogados?

SIM

4.13. Quando os processos migrados são recebidos em secretaria, eles passam pelo procedimento de etiquetação?

Ainda não existe Central de Digitalização em Icoaraci, a Vara começou a migração em fevereiro/2021.

4.14. O processo eletrônico migrado do Sistema Libra, antes de ser encaminhado para a primeira análise no gabinete do magistrado, é organizado em secretaria?

SIM

4.15. É verificada a identificação de classificação da classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada, do CNJ, nos processos migrados do Sistema Libra?

SIM

4.16. É realizada a alteração de fase processual no sistema nos processos que já se encontram sentenciados?

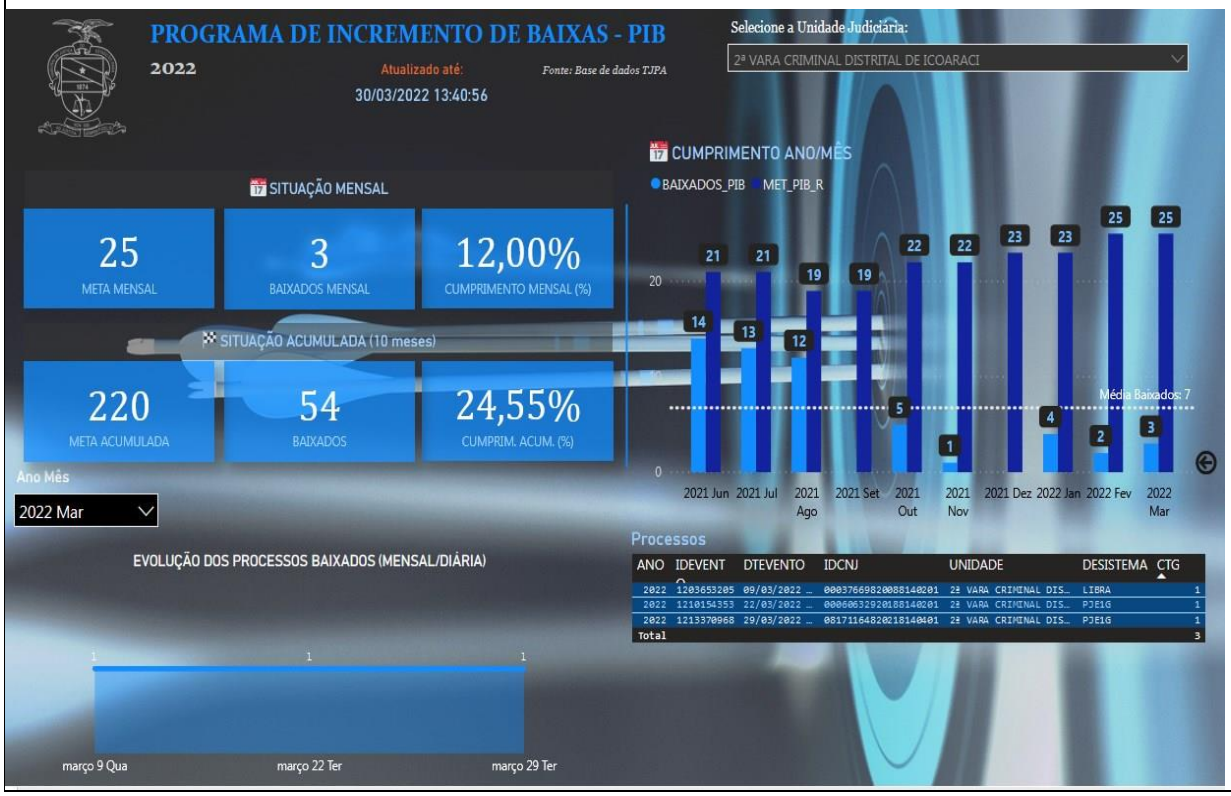
SIM

4.17. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos?

Todos os dias, caso os autos tenham trânsito em julgado.

Observação CGJ: O Painel de Gestão Judiciária aponta a existência de **71** processos julgados e não baixados na Unidade.

O Painel do Programa de Incremento de Baixas (PIB) aponta que a Unidade tem baixado menos processos que a meta mensal.



4.18. Quais critérios são utilizados para a movimentação de feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias na secretaria/UPJ?

Lista do Libra e IEJUD, muito embora, atualmente, devido ao número reduzido de servidores tal prática não tem sido realizada.

4.19. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para a qual foram designados na unidade?

Na Secretaria, atualmente com número reduzido de servidores, nossa meta são as demandas urgentes, audiência e outros cumprimentos. No Gabinete está normal.

Observação CGJ: Não há estabelecimento de metas para cada servidor.

4.20. Com que frequência é verificada a pasta "agrupadores" no Pje?

Diariamente, pela manhã.

Observação CGJ: A pasta AGRUPADORES apontava os seguintes números:

Petições avulsas não lidas: **15.961**

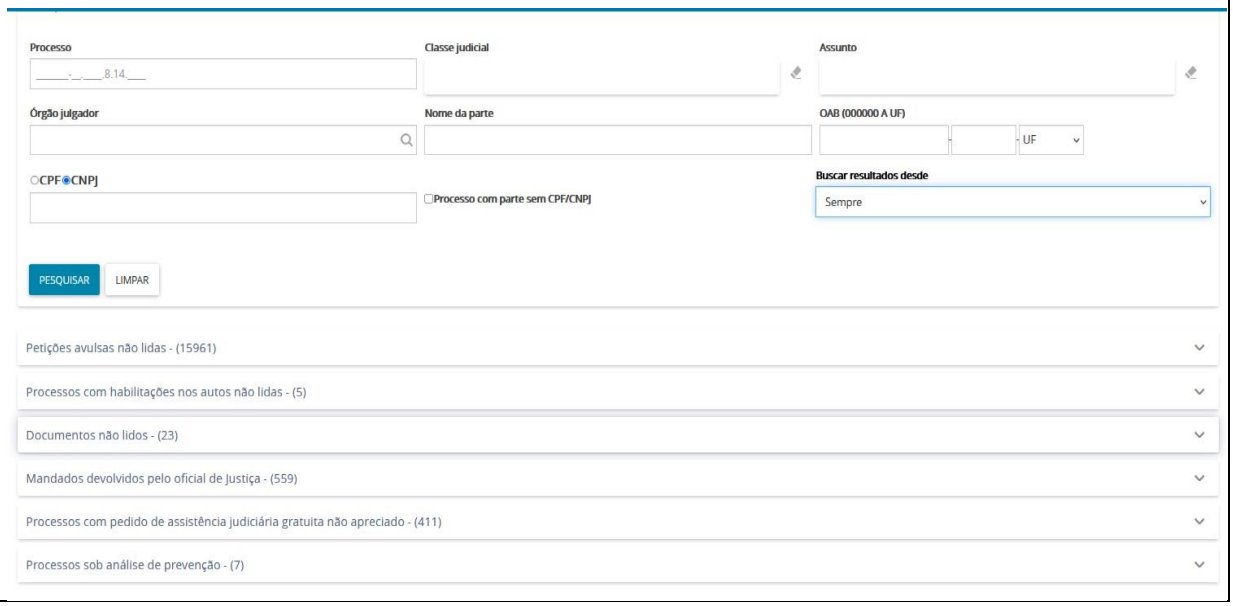
Processos com habilitações nos autos não lidas: **05**

Documentos não lidos: **23**

Mandados devolvidos pelos Oficiais de Justiça: **559**

Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado: **411**

Processos sob análise de prevenção: **07**



4.21. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor?

Semanalmente

4.22. Com que periodicidade o magistrado se reúne com os servidores para definir a gestão da unidade?

De três em três meses e existe a troca de informação conforme a necessidade toda semana, inclusive com utilização do whatsapp.

Observação CGJ: Foi informado que raramente os servidores utilizam o chat do teams para se comunicar.

4.23. A unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente?

Sim, garantir a mão de obra para as metas, prioridades e produtividade.

4.24. Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da unidade judicial?

Aumento de servidor na Secretaria para cumprimento das metas.

4.25. Qual boa prática é utilizada pelo gabinete com vistas a elevação da produtividade?

Meta diária de produtividade e divisão de tarefas.

4.26. BALCÃO VIRTUAL (Resolução 372/2021-CNJ e Portaria 1724/2021-GP) - Está sendo realizado o atendimento virtual de representantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e demais usuários dos serviços judiciários?

SIM

Observação CGJ: No dia 05/04/2022 a Unidade foi acionada pela Corregedoria-Geral através do Balcão Virtual às 08:27hs e foi realizado atendimento.

5. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL:

5.1. É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente conforme previsto no Provimento 12/2008-CJRMB ou os determinados pelo juiz no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)?

SIM

5.2. Todos os atos processuais são lançados nos sistemas, nos casos de processos ainda em

tramitação por meio físico?

SIM

5.3. O apensamento de autos que tramitam em meio físico é lançado no sistema? Não havendo mais necessidade de tramitação dos autos apensados, estes recebem a devida baixa do sistema?

SIM

5.4. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? – (§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005).

SIM

5.5. Há processos paralisados aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, quantos? Qual o número dos processos?

NÃO

5.6. Quais providências são adotadas diante do atraso injustificável da remessa do laudo pericial/exame?

PREJUDICADO – JUNTADO PELO MP, SO QUE COMPETE

5.7. A Secretaria Judicial cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015 (lei de custas), alterada pelas leis n. 8.583/2017 e 8.907/2019?

SIM **Observação CGJ:** O relatório de fiscalização judicial virtual realizado pelo Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais do TJPA acompanhará este relatório correcional.

5.8. A publicação dos atos judiciais é realizada pelo Gabinete? Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

SIM

5.9. Há processos extraviados? Em caso positivo, mencionar os números. Qual a providência adotada?

NÃO

5.10. A Unidade adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (Boas Práticas)

SIM, comunicação, fluxo de trabalho e cadastro de modelos no Sistema Libra e PJE

5.11. O Magistrado realiza a gestão da Vara como corregedor natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA pelo Magistrado e pelo(a) Diretor (a) de Secretaria?

Sim e sim. **Observação CGJ:** Foi verificado que a Unidade não é gerenciada a partir do Painel de Gestão Judiciária. Foi realizada contagem manual em Gabinete e identificou-se 09 (nove) processos físicos conclusos para sentença desde 2019. - Total de processos conclusos para julgamento no PJE: 27 (sendo 19 paralisados há mais de 100 dias) - Total de processos físicos conclusos (sistema Libra): 13 (sendo 12 paralisados há mais de 100 dias) - Total de processos conclusos para julgamento: 40 (sendo 31 paralisados há mais de 100 dias)

5.12. a) **A verificação dos prazos é diária? Em caso negativo, qual a periodicidade?** b) **Qual a data da última verificação dos prazos?** c) **Quais os meios utilizados para verificação dos prazos?** d) **Os prazos para realização dos atos processuais a cargo da Secretaria são cumpridos (art. 228, CPC)? Em caso negativo, justifique.** *Art. 228. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que: I - houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei; II - tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.*

Sim, porém, pelo número reduzido de servidores os prazos cumpridos com regularidade são os de réus presos, ressaltando-se que o PJE funciona de manhã até às 09:00 horas e depois às 14:00horas, quando os servidores já estão saindo, o funcionamento do PJE em muito prejudica o trabalho da Vara.

5.13. Há controle efetivo sobre os processos que ainda tramitam em meio físico e que estão fora da Secretaria (carga)? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?

Sim, relatório do Libra.

5.14. Processos fora da secretaria (listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo fora da Secretaria)

Observação CGJ: O relatório de carga externa da Unidade extraído do sistema LIBRA aponta que há apenas 06 (seis) processos fora da Secretaria e todos com tramitação ao Ministério Público, sendo a carga mais antiga realizada no dia 18/03/2022.

5.15. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados? Os Oficiais de Justiça solicitam esclarecimentos ao magistrado quando encontram dificuldade no cumprimento da ordem judicial?

Obs: Pje – A devolução de mandados pode ser vista nos "agrupadores", onde podem ser visualizadas as certidões dos oficiais de justiça e petições de advogados.

SIM. No Sistema Libra era realizado quase que semanalmente porque existia relatório, no PJE por não existir relatório o controle não é nada fácil de fazer. As solicitações de mandados em atraso é feita diretamente a Central de Manados para onde foi distribuído. **Observação CGJ:** O relatório de carga externa da Unidade extraído do sistema LIBRA aponta que não há mandados expedidos e não cumpridos há mais de 30/60 dias em processos que ainda tramitam naquele sistema.

5.16. A Vara utiliza os sistemas INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa? Especifique:

Não

5.17. A Secretaria intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp?

– Resolução n. 28, de 19.12.2018 – TJPA (Institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp, e dá outras providências).

Não

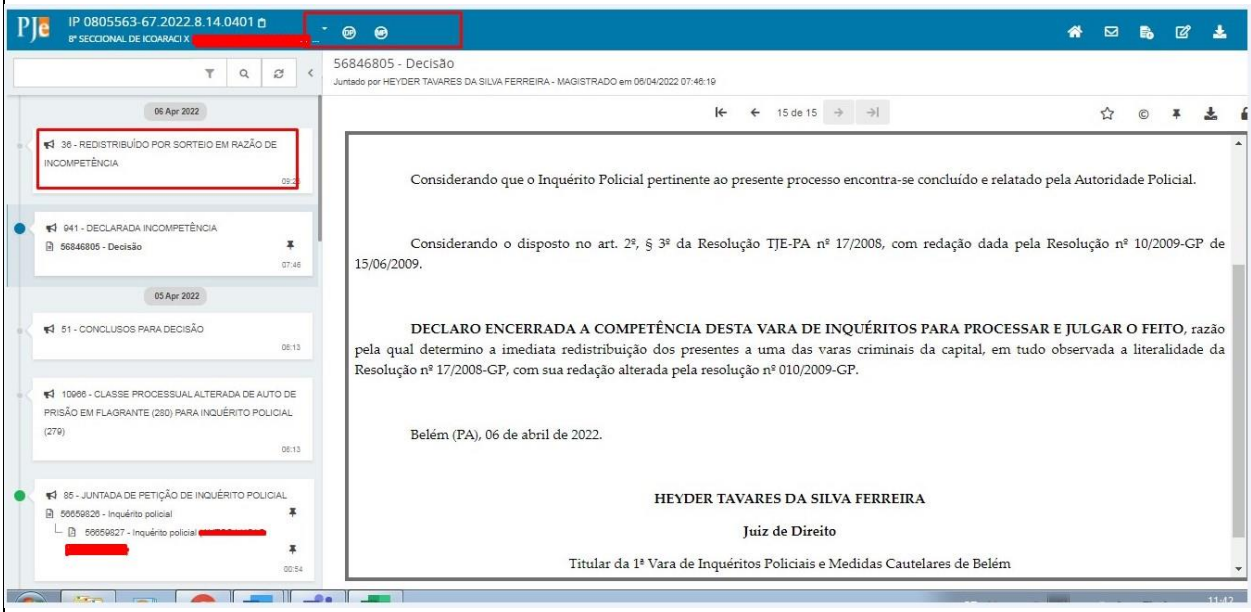
5.18. Há processos "aguardando conclusão" em Secretaria?

Não

5.19. Está sendo efetuado nos sistemas o registro de todas as informações dos réus? (nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, identidade e último endereço)

Sim, porém falta cooperação de outras Varas por onde os processos tramitam, regularmente rebemos processos sem os devidos registros das informações dos acusados e até mesmo quando preso não vem registrada a prioridade.

Observação CGJ: Esta situação narrada pela Unidade foi verificada *in loco* durante os trabalhos de correição. No dia 06/04/2022 foi encaminhado pela Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém o IP n. 0805563-67.2022.8.14.0401, no qual o flagranteado se encontrava preso, contudo, tal informação não se encontrava sinalizada nos autos.



5.20. Como se dá o controle dos presos provisórios? – *Resolução n. 66/2009-CNJ (Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).*

Etiqueta de "REU PRESO" no PJE e relação manual.

Observação CGJ: Todos os processos envolvendo réus presos provisórios se encontram digitalizados. Durante a correição, a Unidade contava com 10 (dez) processos envolvendo presos provisórios.

5.21. A Secretaria mantém relação atualizada de presos provisórios? Há processos de presos provisórios sem movimentação há mais de trinta dias? Há processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias? Em caso positivo, relacioná-los para que haja o devido impulso processual. *(Deverá a unidade encaminhar à CGJ com o relatório o último controle atualizado dos réus presos provisórios da Vara)*

Sim, não, não.

5.22. A Vara utiliza os sistemas SEEU/CNJ (apenas competência para execução de pena), BNMP/CNJ, IFOPEN/SUSIPE (consulta sobre presos), INFODIP/TRE (cadastro de suspensões direitos políticos), SIEL/TER (consulta de endereços), SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?

BNMP, INFOPEN, INFODIP, SISTAC (no PLANTÃO) e SDJ muito pouco.
Observação CGJ: O sistema SEEU é utilizado pela Unidade apenas para consulta, considerando que a execução é realizada pela VEP Belém.

5.23. Os mandados de prisão são cadastrados no Sistema Libra (processos que ainda tramitam em meio físico), PJE (processos eletrônicos) e no BNMP? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema BNMP para evitar inconsistências de informações e cadastros dos réus? - *Resolução n. 417, de 20/09/2021-CNJ (Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

Sim, sim e sim.

5.24. É informada no Sistema Libra/PJE a data da prisão e da soltura dos réus? De que forma é realizado o controle dessas informações?

No Sistema Libra sim, no PJE desconheço a existência desse controle, ficando apenas na decisão/ alvará expedido, retirada de prioridade e etiqueta.
Observação CGJ: A Unidade foi orientada a utilizar a aba "lembrete" para registros de data de prisão e soltura dos réus.

5.25. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ ?

SIM

5.26. A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos?

SIM

5.27. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

SIM

5.28. A Secretaria certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

SIM

5.29. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

LIVRO DE FREQUENCIA

5.30. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? – *(Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem).*

NÃO OCORREU

5.31. Existem inquéritos e/ou processos envolvendo réu preso que estejam paralisados e sem andamento há mais de três meses? – art. 3º da Resolução n. 87/2009 do CNJ.

NÃO

5.32. A Secretaria cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto n.° 002/2021-CJRMB/CJCI? – *(Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará).*

SIM **Observação CGJ:** No relatório extraído no sistema Libra há **96** (noventa e seis) bens cadastrados e no SNBA há **455** bens cadastrados.

5.33. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

Observação CGJ: Os processos listados abaixo foram verificados, por amostragem, do relatório de bens apreendidos da Unidade constante do sistema Libra.

N. do processo	Arma/Objeto vinculado	Observação/recomendação
0000018-41.2009.8.14.0201 (sentença condenatória em 30/07/2013 – transitada em julgado)	Arma cadastrada no sistema Libra	Deve ser providenciada a destinação do bem.
0000438-87.2013.8.14.0201 (sentença absolutória em	Celular cadastrado no sistema Libra	Deve ser providenciada a destinação do bem.

25/03/2014)		
0000463-05.2007.8.14.0201 (sentença condenatória em 21/11/2014 – transitada em julgado)	Arma cadastrada no sistema Libra	Deve ser providenciada a destinação do bem.

5.34. O controle dos prazos dos processos suspensos nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal é verificado a cada 90 (noventa) dias conforme determina o Provimento 15/2009-CJRMB? De que forma a Unidade realiza o controle do prazo prescricional em todos os feitos em tramitação? *(Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.(Redação dada pela Lei n. 9.271, de 17.4.1996).*

SIM, dentro das possibilidades.

Observação CGJ: Os processos suspensos estão devidamente organizados em armários da Secretaria, em caixas organizadas.

Processos suspensos analisados por amostragem em Secretaria: (caixa réu solto – processo suspenso – artigo 366 – caixa 018)

0000071-16.2009.814.0941 – a decisão determinando a suspensão do processo e do prazo prescricional data de 08/10/2013. O código cadastrado no sistema Libra para a decisão está correto, contudo, não há registro de nenhuma diligência do Provimento n. 15/2009 após a decisão de suspensão. Não há registro de prazo prescricional nos autos.

0001956-51.2009.8.14.0201 - a decisão determinando a suspensão do processo e do prazo prescricional data de 08/10/2013. O código cadastrado no sistema Libra para a decisão está correto, contudo, não há registro de nenhuma diligência do Provimento n. 15/2009 após a decisão de suspensão. Não há registro de prazo prescricional nos autos. Processo com arma de fogo vinculada.

0004108-58.2009.814.0201 - a decisão determinando a suspensão do processo e do prazo prescricional data de 08/10/2013. O código cadastrado no sistema Libra para a decisão está correto, contudo, não há registro de nenhuma diligência do Provimento n. 15/2009 após a decisão de suspensão. Não há registro de prazo prescricional nos autos.

Caixa réu solto – processo suspenso 366 – cx. 70

0026293-11.2017.8.14.0401 - a decisão determinando a suspensão do processo e do prazo prescricional data de 18/09/2019. O código cadastrado no sistema Libra para a decisão está correto, contudo, não há registro de nenhuma diligência do Provimento n. 15/2009 após a

decisão de suspensão. Não há registro de prazo prescricional nos autos.

5.35 – Há processos em Secretaria aguardando digitalização e migração para remessa ao 2° grau? Há processo envolvendo réus presos nesta situação?

Não e não.

5.36. Há processos físicos aguardando envio para o arquivo? Existe espaço exclusivo utilizado como arquivo? Caso positivo, especifique a organização.

Sim, sim armário específico, processos migrados e processos arquivados.

VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS: (itens 5.37 a 5.54) – PREJUDICADO

6. DAS AUDIÊNCIAS:

6.1. Perfil da pauta:

6.1.1 – As audiências estão sendo realizadas de forma presencial, videoconferência ou híbrida?

Sim, utiliza-se todas as opções presencial, videoconferência ou híbrida.

Observação CGJ: As audiências estão sendo realizadas às segundas, quartas e sextas-feiras, considerando-se que o Promotor de Justiça que responde na unidade, responde pela Vara de Violência Doméstica e a Magistrada informou da impossibilidade do Promotor participar das audiências todos os dias. A pauta da primeira semana do mês é separada para as audiências de presos. As demais semanas no mês são reservadas para os processos de réus soltos e uma

segunda-feira no mês para os acordos de não persecução penal (ANPP). A pauta de audiência está para novembro de 2022.

Réu Preso:

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

Dia: 06.04.2022 - 0800367-37.2022.8.14.0201

b) são marcadas audiências em quais dias da semana?

segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, a primeira semana do mês é para processos de réus presos.

Réu Solto:

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

Dia: 13.12.2022 - 0016266- 61.2020.8.14.0401

b) são marcadas audiências em quais dias da semana?

segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira

6.2. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?

De réu preso uma semana e réu solto em média 40 dias, tendo em vista o prazo para envio de mandados a central, porém outras demandas urgentes o prazo de 10 a 20 dias com a determinação de cumprimento pelo oficial plantonista.

6.3. Audiências designadas/realizadas:

6.31. Quantidade de audiências designadas em 2020 e 2021, até a data da correição:

ANO	QUANTIDADE
2020	221
2021	143
2022	402

6.3.2. Quantidade de audiências realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição:

ANO	QUANTIDADE

2020	54
2021	103
2022	53

6.3.3. Quantidade de Sessões do Tribunal do Júri realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição:

ANO	QUANTIDADE
2020	PREJUDICADO
2021	PREJUDICADO

7. METAS NACIONAIS – CNJ:

7.1. Meta 01/2021 – CNJ – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 01			
Ano	Distribuídos	Julgados	Grau de cumprimento
2021 (Meta não cumprida)	112	47	41,59%

7.2. Meta 02/2021 – CNJ – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

META 02							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Total de julgados	Grau de julgamento	Grau de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2021 (Meta cumprida)	311	249	300	96,46%	120,58%	11	-51

7.3. Meta 04/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos contra a Administração Pública e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31.12.2017, em

especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 04							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de Julgamento	Grau de Cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2021 (Meta cumprida)	6	4	5	83,33%	119,05%	1	-1

7.4. Meta 08/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31.12.2019 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31.12.2019.

META 08 - VDM							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de Julgamento	Grau de Cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2021 (resultado parcial)	02	01	01	50%	100%	00	00

8. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES:

8.1. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem:

	Número do processo	Observações / Recomendações
01.	0017244-53.2011.8.14.0401	Ação Penal Art.33 da Lei de 11.343/2006 - Tráfico de Drogas. Distribuição: 20/09/2019 Decisão recebendo a denúncia – 19/01/2012 Decisão determinando a suspensão do processo pelo Art. 366 do CPB. – 02/03/2015 Certidão de Migração para o PJE – 01/04/2022 **Recomendação:** Observou-se que o processo ao ser migrado para o sistema PJE não está com a movimentação correta, realizar a alteração para processo SUSPENSO.
02.	0018518-71.2019.8.14.0401	Inquérito Policial por Flagrante - Art.33 da Lei de 11.343/2006 - Tráfico de Drogas. Distribuição: 20/09/2019

		Decisão declarando incompetência do juízo determinando a redistribuição para 3ª Vara Criminal de Icoaraci. Manifestação do MP opondo Exceção de Incompetência Absoluta – 24/10/2019 Decisão Suscitando Conflito de Competência – 25/10/2019 Decisão julgando improcedente o conflito de competência – 15/01/2020 Decisão determinando diligências e vistas ao MP – 09/02/2021 **Recomendação:** Cumprir o determinado em Decisão documento 20210027602232 sistema LIBRA.
03.	0004048-53.2019.8.14.0201	Ação Penal Art.303, C/C Art. 302 da Lei de 9.503/1997 Código de Trânsito Brasileiro. Distribuição: 22/07/2019 Decisão recebendo a denúncia – 26/07/2019 Termo de audiência deliberando pela redesignação da audiência conforme requerido pela defesa – 14/11/2019 Despacho cadastrado como decisão, informando que deixa de redesignar audiência em razão da pandemia – 30/11/21020 Certidão de Migração para o PJE – 30/08/2021 **Recomendação:** Processo aguardando andamento. Dar impulso aos autos.
04.	0001656-05.2003.8.14.0201	Ação Penal Art.129 § 1º do CPB. Distribuição: 22/06/2012 Decisão recebendo a denúncia – 27/01/2010 Decisões declinando competência – 11/06/2012 e 18/05/2021 Sentença declarando prescrição da ação punitiva e julgando extinta a punibilidade – 26/07/2021 **Recomendação:** Face a certidão ID 30655882, realizar conclusão dos autos.
05.	0013886-07.2016.8.14.0401	Ação Penal Art.157 do CPB Distribuição: 12/06/2016 Decisão recebendo a denúncia – 13/03/2017 Termo de Audiência deliberando diversas diligências – 09/11/2017 Alegações finais pelo MP – 08/05/2019 Certidão de Migração para o PJE – 31/03/2022 **Recomendação:** Face a manifestação do MP, ID 55924003, realizar conclusão dos autos.

8.2. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida há mais de 90 (noventa) dias:

Observação CGJ: Segundo informação prestada pela Diretora de Secretaria, não há nenhum processo com carta precatória expedida há mais de 90 (noventa) dias.

8.3. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Cartas Precatórias recebidas:

Prejudicado

8.4. Análise dos 05 (cinco) processos mais antigos em tramitação na unidade:

	Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01.	0001703-42.2004.8.14.0201	13/01/2022	Ação Penal Art.129 §2º, IV do CPB. Distribuição: 18/08/2004 Primeiro despacho/decisão recebendo a denúncia: 28/01/2012 Decisão determinando a suspensão do processo nos termos do Art.366 do CPP. - 03/11/2014 Decisão determinando expedição de carta precatória para citação – 14/10/2020 Reposta Escrita – 27/10/2020 Certidão de Migração para o sistema PJE – 10/08/2021 Despacho redesignando audiência – 13/01/2022 **Recomendação:** Processo aguardando audiência redesignada para 13/05/2022. Processo faz parte da meta 2.
02.	0001835-55.2011.8.14.0201	09/08/2021	Inquérito Policial Art.157, c/c Art.14 do CPB. Distribuição: 12/05/2011 Decisão declinando competência a Vara Especializada da Capital – 02/06/2011 Decisão recebendo a denúncia – 13/07/2011 Decisão declinando competência para vara criminal de Icoaraci – 22/09/2011 Processo paralisado de 2013 a 2021 Certidão de Migração para o sistema PJE – 08/03/2022 Manifestação do MP requerendo citação do acusado - 29/03/2022 **Recomendação:** Regularizar a classe processual dos presentes autos, recebida a denúncia e ainda consta classe como inquérito, inclusive após migração. Dar impulso aos autos.
03.	0003401-39.2011.8.14.0201	06/04/2022	Ação Penal Art.155§4º inciso II do CPB. Distribuição: 24/08/2011 Decisão recebendo a denúncia – 19/10/2011 Decisão determinando a suspensão do processo nos termos do Art.366 do CPP. - 07/10/2013 Resposta escrita pela Defensoria Pública – 26/11/2020 Decisão designando audiência – 05/07/2021

			Certidão de Migração para o PJE – 10/08/2021 Termo de audiência infrutífera – 27/09/2021 Manifestação do MP - 18/11/2021 Decisão designando audiência de instrução e julgamento – 06/04/2022 **Recomendação:** Processo aguardando audiência, cumprir os atos para realização da audiência.
04.	0003949-64.2011.8.14.0201	22/11/2019	Ação Penal Art.129 §3º do CPB. Distribuição: 06/10/2011 Decisão recebendo a denúncia – 08/11/2011 Defesa Preliminar - 27/04/2012 Termo de audiência deliberando várias diligências – 11/08/2014 Despacho determinando que seja oficiado a SEGUP entre outras diligências - 22/11/2019 Apresentado memoriais pelo MP - 25/05/2021 Certidão de Migração para o PJE – 05/04/2022 **Recomendação:** Certificar se houve manifestação ao Ato Ordinatório data de 25/05/2021. Dar impulso aos autos.
05.	0005104-05.2011.8.14.0201	23/03/2022	Ação Penal Art.14 da Lei 10.826/2003 Distribuição: 019/12/2011 Decisão recebendo a denúncia – 14/02/2012 Decisão determinando a suspensão do processo nos termos do Art.366 do CPP. E decretando a prisão preventiva do réu- 23/06/2014 Decisão revogando a prisão preventiva – 17/02/2020 Decisão Interlocutória designando audiência de instrução e julgamento – 28/07/2021 Certidão de Migração para o PJE – 29/09/2021 Manifestação do MP – 22/03/2022 **Recomendação:** Dar impulso aos autos. Processo faz parte da meta 2.

8.5. Análise de processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública:

Prejudicado

8.6. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem, quanto à vinculação de bens móveis ou imóveis aos processos. No criminal – quanto a vinculação de bens apreendidos vinculados ao processo sem destinação:

	Número do processo	Observações quanto ao exame

01.	0004585- 20.2017.8.14.0201	Bem Apreendido – Uma arma tipo revólver, calibre 32, sem número de série, montagem 3821cano 102,0, Laudo 2017.01.000869-BAL, LACRE 0004225(Fls.61/65) Decisão determinando a destruição da arma – 27/09/2018 **Recomendação:** Certificar se foi cumprido o determinado às fls.79 quanto a destinação do bem.
02.	0004765- 36.2017.8.14.0201	Bem Apreendido – Uma arma tipo revólver, calibre 38, Marca Taurus, cabo de borracha, com três cartuchos e numeração aparentemente raspada, Laudo 2017.01.000805-BAL(Fls.42/53) Sentença julgando procedente a ação penal – 10/11/2017 **Recomendação:** Processo sentenciado, certificar qual destinação foi dada ao bem .
03.	0015800- 72.2017.8.14.0401	Bem Apreendido – Uma arma tipo revólver, calibre 38, Marca não aparente, série 104051, montagem L 868, cano 102,0MM, Laudo 2017.01.000779-BAL(Fls.58/66) Sentença julgando procedente a ação penal – 19/02/2018 Decisão determinando a destruição da arma – 28/09/2018 **Recomendação**: Certificar se foi cumprido o determinado às fls.104 quanto a destinação do bem.
04.	0022997- 15.2016.8.14.0401	Bem Apreendido – Uma arma tipo revólver, calibre 32, Marca Taurus, com três cartuchos, série 204488, Laudo 2017.01.000155-BAL(Fls.29/37) Sentença julgando procedente a ação penal – 23/07/2018 Decisão dando destinação ao bem apreendido – 26/07/2019 **Recomendação:** Certificar se houve manifestação das partes quanto a decisão documento 201903040799-75, após, cumprir o determinado.
05.	0007016-61.2016.8.14.0201	Bem Apreendido – Uma arma tipo pistola, calibre 40, Marca Taurus, com três cartuchos, série STJ 84295, Laudo 2016.01.001088-BAL(Fls.116/118) Sentença julgando procedente a ação penal – 19/02/2018 Decisão dando destinação ao bem apreendido – **Recomendação**: Processo sentenciado, certificar qual destinação foi dada ao bem.

9. DADOS ESTATÍSTICOS:

*Dados informados pela Unidade

9.1. LIBRA:

Processos em tramitação na Unidade (incluindo os julgados)	887
Processos fora da Unidade (MP, DP, Advogado, outros)	04
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias	00

Processos redistribuídos – ano 2021	96
Processos arquivados definitivamente em 2021	106
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	32
Processos conclusos ao gabinete há mais de 100 dias	12
Processos com idosos postulantes	x
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	00
Quantas sessões de Júri foram designadas em 2020	PREJ
Quantas sessões de júri foram realizados em 2021 (até a data da correição)	PREJ
Quantas sessões de júri estão designadas para 2021	PREJ
Total de petições pendentes de juntada	00

9.2. PJE:

Acervo total:	1.311
Acervo de feitos suspensos:	689
Acervo processual ativo:	689
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2021	538
Processos arquivados definitivamente em 2021	NI
Processos com prioridade em andamento – idoso	00
Processos com prioridade em andamento – idoso maior de 80 anos	00
Processos com prioridade em andamento – infância e juventude	00
Processos conclusos há mais de 100 dias	33
Sentenças proferidas com mérito em 2021	81
Sentenças proferidas com mérito em 2022	38
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	00
Sentenças homologatórias de acordo em 2022	07
Processos aguardando cumprimento há mais de 100 dias: total do acervo processual, que possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui até a data, nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	151
Processos aguardando andamento há mais de 100 dias: total do acervo processual, que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	00
Procedimentos aguardando cumprimento há mais de 100 dias: total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui nenhum	00

movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	
Procedimentos aguardando andamento há mais de 100 dias: total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	00

9.3. SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado):

PREJUDICADO

9.4. SEEU – Dados Estatísticos de Processos Ativos:

PREJUDICADO

10. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS :

10.1. O Gestor da Unidade tem identificado dentre o corpo de servidores a existência de problemas de saúde, física e mental?

Não.
Observação CGJ: Não há servidores com problemas de saúde.

10.2. Há servidores em teletrabalho?

Não

10.3. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores?

Não, porém poderia existir algum grupo ou suporte para o PJE.

11. CORREIÇÕES ANTERIORES:

11.1. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria:

Observação CGJ: A última correição da Unidade foi realizada pela então CJRMB no período de 03 a 06 de março de 2020 e o relatório final se encontra registrado no processo PJECOR n. 0004728-96.2020.2.00.0814

11.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

SIM

11.3. Os problemas identificados na correição ordinária anterior ainda persistem?

Não

11.4. Identifique as recomendações não cumpridas

PREJUDICADO

11.5. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e magistrado responsável: - *(Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)*

Sim, 2019, Juiz Jackson José Sodré Ferraz

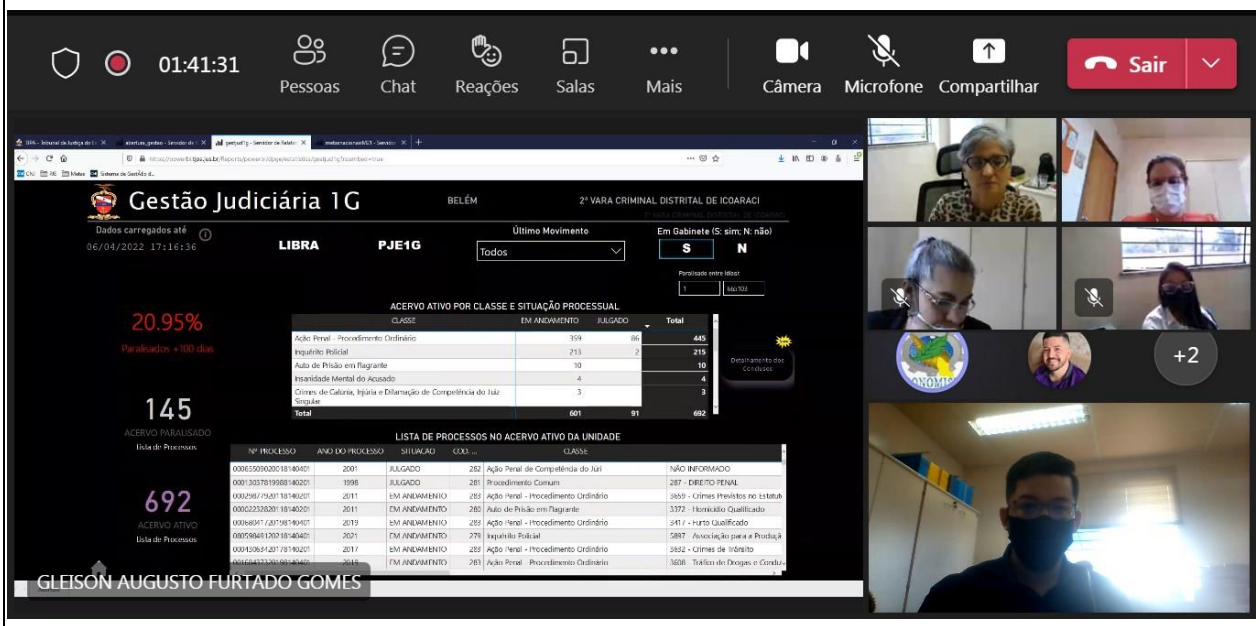
12. SUGESTÕES GERAIS:

A magistrada titular da Unidade reporta que a maior demanda atualmente da Unidade é quanto ao número de servidores, considerando que, atualmente, apenas 02 (dois) servidores exercem atividades na Secretaria. A magistrada esclareceu que no último pedido de lotação apresentado à Presidência do TJPA consta que a 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci está com 03 (três) servidores além da lotação paradigma e que está aguardando retorno do Diretor do Fórum para solicitar a relotação de 01 (um) servidor para a 2ª Vara Criminal.

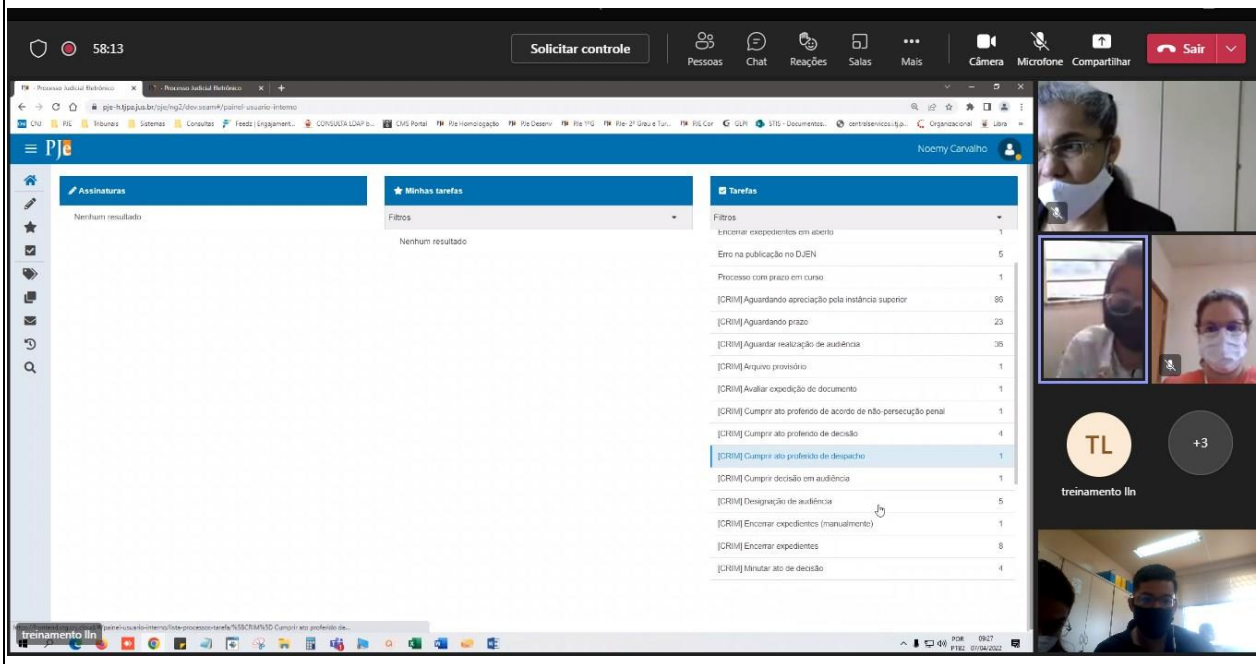
13. OBSERVAÇÕES DA CORREIÇÃO:

- A 2ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci foi incluída no calendário de correições 2022 da Corregedoria-Geral em razão dos números gerenciais da Unidade indicados no Painel de Gestão Judiciária, que apontavam para a necessidade de comparecimento do Órgão Correcional *in loco* para verificação da prestação jurisdicional. Constatou-se, contudo, que os números apresentados são resultado, principalmente, da necessidade de ajustes nos sistemas de gestão processual/acervo disponibilizadas pelo TJPA. Nesse sentido, foram realizados no dia 07/04/2022 *workshops* com os servidores Gleison Gomes, Coordenador do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA, que explanou aos servidores as ferramentas disponíveis no Painel de Gestão Judiciária, bem como com a servidora Noemy Emiye Penha Carvalho, da Secretaria de Informática, que sanou dúvidas acerca da utilização do sistema PJE na modalidade criminal, objetivando melhor manuseio do sistema e controle dos feitos. No dia 08/04/2022 foi realizado *workshop* com as servidoras Patrícia Casseb e Luizelena Castro, da Coordenação da Central de Digitalização do TJPA. Tanto os 02 (dois) servidores da Secretaria quanto os servidores do Gabinete tem bom conhecimento da rotina afeta aos feitos criminais, havendo boa divisão de tarefas,

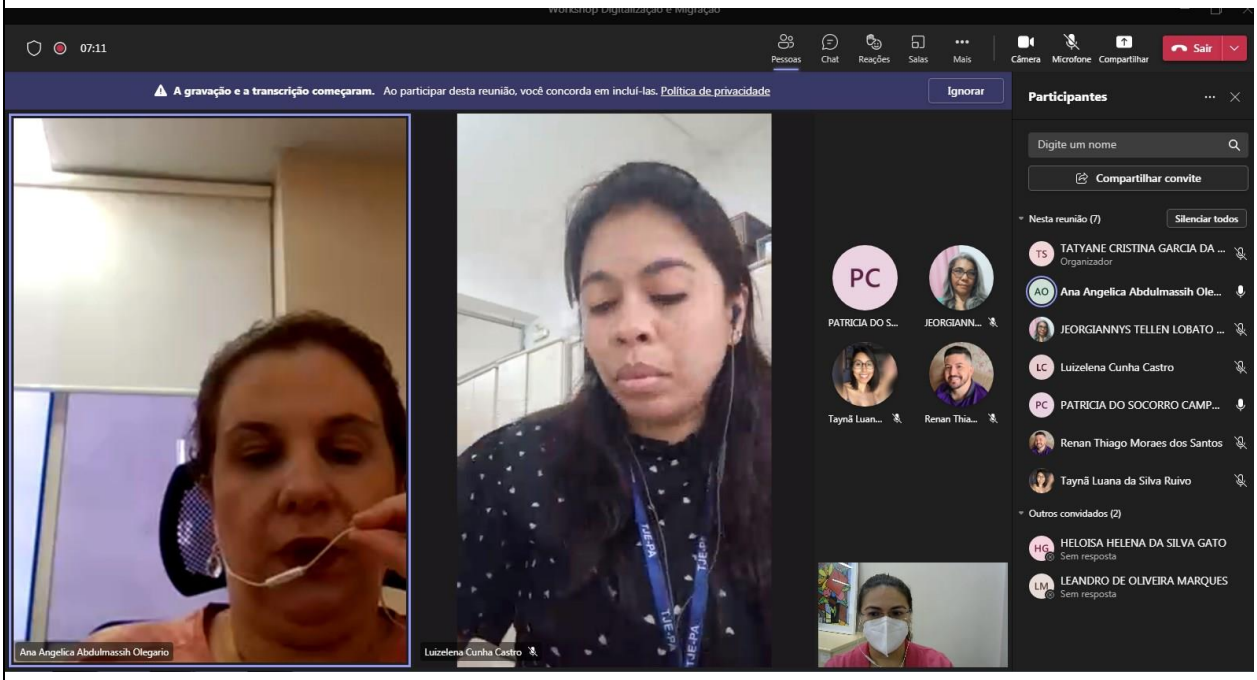
Workshop Painel de Gestão com o servidor Gleison Gomes – DPGE



Workshop PJE – Criminal com a servidora Noemy Carvalho

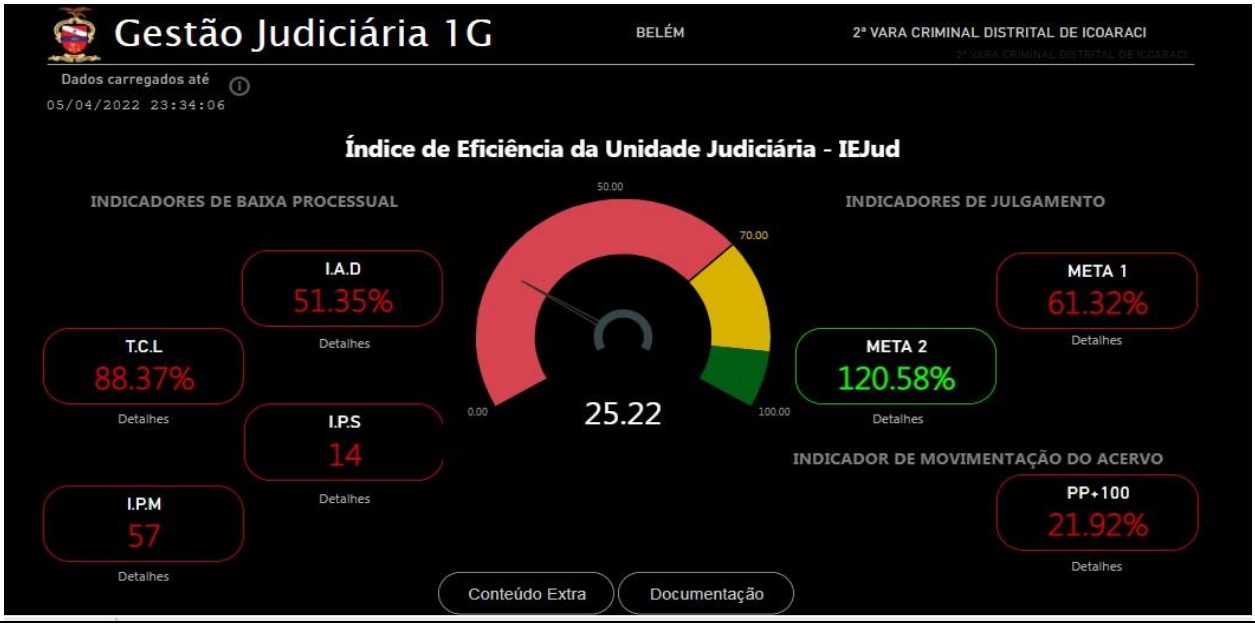


Workshop Digitalização e Migração com as servidoras Patrícia Casseb e Luizelena Castro – Coordenação da Central de Digitalização



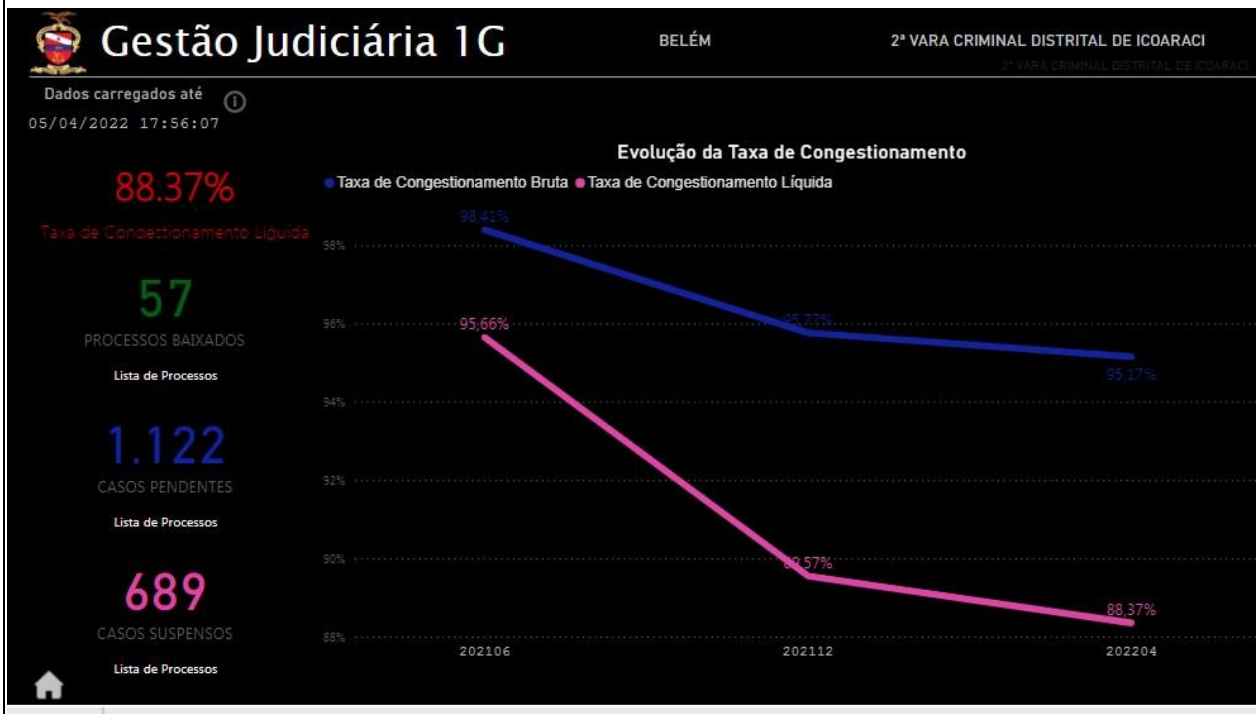
13.1 – DADOS ESTATÍSTICOS:

- Durante o período correcional, o Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJud, encontrava-se em **25,22**, a taxa de congestionamento líquida em **88,37%**, havia **21,92%** do acervo paralisado há mais de 100 dias e Índice de Atendimento à Demanda apontava índice de **51,35%**, segundo dados atualizados até 05/04/2022.

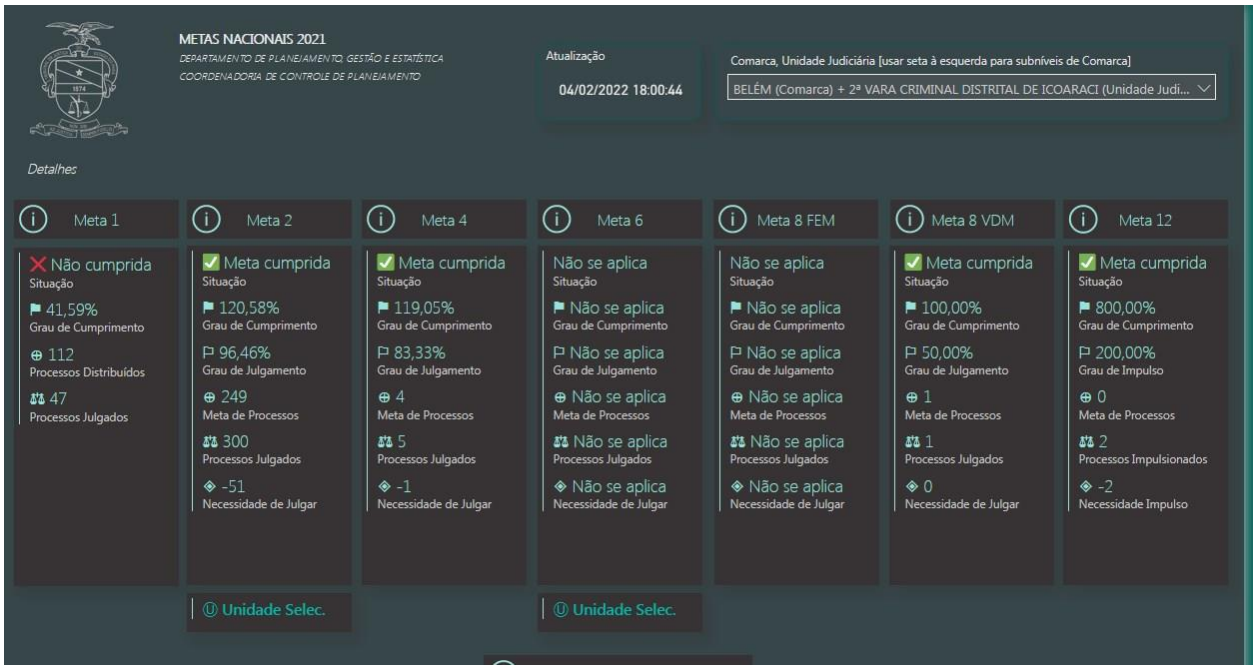


– O acervo ativo da unidade em 05/04/2022 totalizava **689** feitos, dos quais, **67** ainda tramitam no sistema Libra e **622** já no sistema PJE. O Painel de Gestão Judiciária indicava, ainda, **689** processos suspensos, totalizando, portanto, **1.378** processos na 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci.

Gestão Judiciária 1G
BELÉM
2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI
Dados carregados até
05/04/2022 17:56:07
LIBRA
PJE1G
Último Movimento
Todos
Em Gabinete (S: sim; N: não)
S
N
17.85%
Paralisados +100 dias
111
ACERVO PARALISADO
Lista de Processos
622
ACERVO ATIVO
Lista de Processos
PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL
CLASSE | EM ANDAMENTO | JULGADO | Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário | 67 | 17 | 84
Auto de Prisão em Flagrante | 3 | | 3
Inquérito Policial | 21 | 2 | 23
Pedido de Prisão Preventiva | 1 | | 1
Total | 92 | 19 | 111
LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS
Nº PROCESSO | SITUACAO | DESISTEMA | IDCLASSE | CLASSE | IDMOVIMENTO | DTEVENTO
00001040920208140201 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 970 | 06/10/2021 18:24:54 | Audiência
00001644520218140201 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 85 | 13/12/2021 07:07:22 | Petição
00003230420188140941 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 1051 | 13/11/2021 00:58:14
00007865220068140201 | JULGADO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 85 | 27/09/2021 12:40:10 | Petição
00010620620208140941 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 85 | 15/11/2021 23:23:33 | Petição
00012899720118140201 | JULGADO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 1051 | 19/10/2021 02:26:34
00018063520198140941 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 1051 | 05/11/2021 02:36:17
00019041420168140201 | EM ANDAMENTO | PJE1G | 283 | Ação Penal - Procedimento Ordinário | 1051 | 19/10/2021 03:37:21


Gestão Judiciária 1G
BELÉM
2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI
Dados carregados até
05/04/2022 17:56:07
88.37%
Taxa de Congestionamento Líquida
57
PROCESSOS BAIXADOS
Lista de Processos
1.122
CASOS PENDENTES
Lista de Processos
689
CASOS SUSPENSOS
Lista de Processos
Evolução da Taxa de Congestionamento
Taxa de Congestionamento Bruta
Taxa de Congestionamento Líquida
98,41%
95,66%
95,17%
88,37%
98%
96%
94%
92%
90%
88%
202106
202112
202204

– Com relação às Metas Nacionais, com relação ao ano de 2021, o Painel de Metas do TJPA informa que apenas Meta 01 não foi cumprida.



13.2 – RECOMENDAÇÕES DA CORREIÇÃO:

Concluída a correição ordinária da 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, este Órgão Correcional **orienta** a Unidade com relação a procedimentos e alguns pontos indispensáveis à gestão judiciária:

1. Continuar empreendendo esforços para cumprimento das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça, especialmente as Metas 01 e 02, obtendo no Painel de Gestão Judiciária, a listagem de processos referentes à cada Meta;

2. Priorizar o atendimento via Balcão Virtual, com agendamento;

3. Atender ao que disciplina o Código Judiciário e o Provimento n. 004/01 quanto à realização das correições ordinárias anuais;

4. Necessidade de utilização de etiquetas para identificação das prioridades legais nos processos eletrônicos e metas do Conselho Nacional de Justiça;

5. Necessidade de acesso diário ao PJEcor, observando os termos do Ofício Circular n. 135/2020-CJCI, de 07/10/2020 e n. 39/2021-CGJ, de 09/04/2021.

6. Gerenciamento dos dados processuais da Unidade a partir do Painel de Gestão Judiciária;

Ultrapassadas as orientações acima, este Órgão Correcional realiza as seguintes **determinações/recomendações** à magistrada e à Diretora de Secretaria/servidores da Unidade:

13.2.1. Determinações à magistrada titular:

1. Dar cumprimento ao que determina o Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI quanto à destinação, **com urgência,** das armas de fogo que foram localizadas ainda acauteladas em Secretaria. **Prazo:** 30 dias.

2. Analisar individualmente todos os processos com depósitos judiciais sem movimentação há mais de 3 (três) anos, procedendo-se à destinação devida aos eventuais valores depositados e que se refiram a processos já arquivados, em tudo observado o que dispõe a Lei Estadual 6.750, de 19/05/2005. **Prazo:** 60 dias.

3. No que se refere ao relatório do Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais, que acompanha este relatório, deve a magistrada providenciar a sua observância, comunicando formalmente ao Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais, com cópia a esta Corregedoria. **Prazo:** 30 dias.

4. Identificar e impulsionar os processos paralisados há mais de 100 dias em Gabinete, segundo lista disponível no Painel de Gestão Judiciária. **Prazo:** 30 dias

5.Adotar providências quanto aos processos arquivados sem a devida destinação dos bens apreendidos, dando cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI. **Prazo:** 60 dias.

6. Que recomende a todos os servidores da Unidade que realizem os cursos de Formação Continuada de Servidores, disponibilizados na modalidade EAD na página da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará. especialmente os cursos "*Fluxo do PJE Criminal*" e "*Estrutura, Organização e Funcionamento das Varas Criminais*". **Prazo:** Imediato

7. Elaborar, juntamente com a Diretora de Secretaria, um plano de ação para digitalização de todos os feitos que ainda tramitam em meio físico na Unidade, podendo utilizar-se da métrica que foi elaborada pela Coordenadoria da Central de Digitalização e Migração do TJPA e que comporá o

presente relatório. **Prazo:** 60 dias

13.2.2. Recomendações à Diretora de Secretaria e aos servidores da unidade:

1. Analisem e providenciem a baixa dos documentos pendentes constantes da pasta "agrupadores" no sistema PJE, mantendo-os sempre atualizados (Item 4.20).

2. Padronizem e insiram rotina de informações no sistema PJE quanto às datas de prisão e soltura dos réus com a ferramenta *"lembrete"*(Item 5.24).

3. Empreendam esforços para a realização de diligências periódicas nos feitos que se encontram suspensos nos termos do artigo 366 do CPP, conforme determina o Provimento n. 15/2009-CJRMB, visando localizar o acusado, encaminhando os autos ao MP, realizando buscas no INFOPEN, SIEL e outras providências que possibilitem a localização, realizando efetivo controle dos prazos prescricionais.

13.2.3. Determinações à Diretora de Secretaria e aos servidores da unidade:

1. Manter todos os sistemas e banco de dados do CNJ atualizados, especialmente o Banco Nacional de Mandados de Prisão, o qual deve periodicamente ser verificado, para que não ocorram incongruências nos cadastros. **Prazo:** imediato

2. Identificar e analisar os 71 (setenta e um) processos julgados e não arquivados, providenciando a baixa dos processos, tão logo estejam aptos a tal providência, realizando o acompanhamento da baixa processual através da ferramenta portal do PIB (Programa de Incremento de Baixas). **Prazo:** 60 dias.

3. Realizar o saneamento da discrepância de dados dos objetos apreendidos constantes nos sistemas SNBA e LIBRA. **Prazo:** 60 dias.

4. Deve a Secretaria dar cumprimento às determinações individualizadas constantes em todos os feitos analisados por amostragem no relatório de correição (itens 8.0). **Prazo:** 60 dias.

14. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

Relatório de objetos apreendidos – LIBRA
Relatório de objetos apreendidos – SNBA
Relatório do Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais
Listagem/controle de presos provisórios da Unidade
Relatório de subcontas paralisadas há mais de 03 anos
Métrica para digitalização de 100% do acervo da Unidade

15. ACERVO DE FOTOS:

A Exma. Sra. Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora-Geral de Justiça (ao centro), com a Exma. Sra. Dra. Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza Corregedora (à esquerda) e a magistrada titular da 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, Exma. Sra. Dra. Heloísa Helena da Silva Gato (à direita).

Reunião da Corregedora-Geral e da Juíza Corregedora com a magistrada e servidores da Unidade

A Exma. Sra. Dra. Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza Corregedora, com servidores da Unidade

Balcão de Atendimento da Secretaria

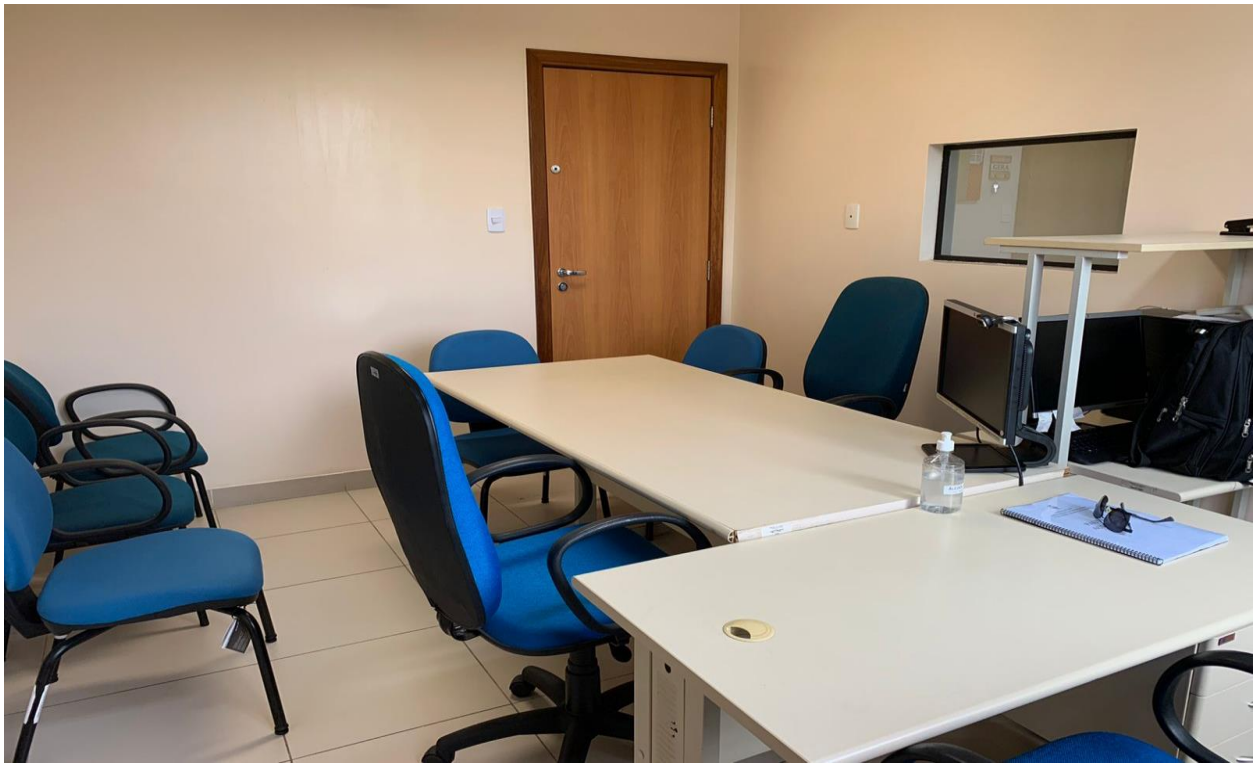
Vista geral da sala da Secretaria

Armários com processos suspensos em Secretaria

Armário em Secretaria com processos já digitalizados e migrados, aguardando remessa ao Arquivo

Armário em Secretaria com armas de fogo acauteladas

Sala de audiências



Sala da Assessoria do Juízo

16. CONCLUSÃO:

Registra-se, por fim, o **agradecimento** à magistrada Heloísa Helena da Silva Gato, à Diretora de Secretaria Jeorgiannys Tellen Lobato Moura e a todos os servidores da 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci que contribuíram para os trabalhos através de esclarecimentos das atividades da unidade, bem como quanto à atenção dispensada à equipe correcional.

17. À SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA:

a) **Expeça-se ofício ao Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica – DPGE** solicitando esclarecimentos quanto ao reportado no item 2.1.2 com relação aos servidores relacionados no Painel de Gestão de Atividade do Painel de Gestão Judiciária em atividade na 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci.

b) **Ao Juízo da Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém** solicitando que seja observado os termos do ofício circular n. 01/2022-CGJ, de 11/01/2022 quanto à imperiosa necessidade de atualização dos dados cadastrais das partes antes da realização da redistribuição/remessa de autos, tendo em vista a situação constatada no item 5.19 quanto ao IP 0805563-67.2022.8.14.0401.

c) **Oficie-se à Douta Presidência** dando ciência da correição realizada na 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci para as providências que entender cabíveis, especialmente em relação ao quadro funcional da Unidade, considerando que conta apenas com 02 (dois) servidores para exercício de funções em Secretaria.

Ressaltamos à Unidade correicionada que a Corregedoria-Geral de Justiça realizará o acompanhamento do cumprimento de todas as determinações realizadas, devendo ser apresentada comunicação formal acerca de sua observância, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, a partir do recebimento da presente decisão, **exclusivamente, através do sistema PJECOR**.

Dê-se ciência à magistrada Heloísa Helena da Silva Gato ou ao magistrado que a estiver substituindo, em caso de afastamento/férias e à Diretora de Secretaria da 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci.

Acautelem-se os presentes autos na Divisão Judiciária.

Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, **oficie-se ao Juízo** da unidade para que preste informações acerca do cumprimento das determinações, **no prazo de 05 (cinco) dias.**

À Secretaria para providências.

Belém, Pa, 07 de abril de 2022.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA:1449
Assinado de forma digital por ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA:1449
Dados: 2022.04.25 16:10:32 -03'00'

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Desembargadora Corregedora-Geral de Justiça

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2022.04.26 09:05:35 -03'00'

ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO

Juíza Corregedora

TATIANE SARAIVA DA PAIXAO NUNES:49239
Assinado de forma digital por TATIANE SARAIVA DA PAIXAO NUNES:49239
Dados: 2022.04.25 16:22:25 -03'00'

TATIANE SARAIVA DA PAIXÃO

Servidora da CGJ

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA
Assinado de forma digital por TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA
Dados: 2022.04.25 15:50:22 -03'00'

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA

Servidora da CGJ